

EXTRAORDINÁRIAS

MULHERES QUE
REVOLUCIONARAM
O BRASIL

DUDA PORTO DE SOUZA

ARYANE CARARO

SÉQUINTE

O selo jovem da Companhia das Letras

Copyright do texto © 2017 by Duda Porto de Souza e Aryane Cararo
Copyright das ilustrações © 2017 by várias ilustradoras

A ilustração da princesa Isabel foi baseada na fotografia de autoria de Pacheco & Filho (c. 1887), do acervo do Museu Imperial/Ibram/MinC/nº 14/2017.

A ilustração de Graziela Maciel Barroso foi baseada na fotografia (código JBRJ.GMB.ICON.HOM.14) do Arquivo Graziela Maciel Barroso, do acervo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O selo Seguinte pertence à Editora Schwarcz s.a.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA E PROJETO GRÁFICO Tamires Oliveira
CHECAGEM Érico Melo
PREPARAÇÃO Lígia Azevedo
REVISÃO Carmen T. S. Costa e Adriana Moreira Pedro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Souza, Duda Porto de

Extraordinárias : mulheres que revolucionaram o Brasil /
Duda Porto de Souza, Aryane Cararo. – 1ª ed. – São Paulo :
Seguinte, 2017.

ISBN 978-85-5534-061-1

1. Mulheres – Biografia 2. Mulheres – Brasil
3. Mulheres – História I. Cararo, Aryane. II. Título.

17-08181

CDD-920.720981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mulheres : Biografia 920.720981

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.






Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 – São Paulo – sp

Telefone: (11) 3707-3500

www.seguinte.com.br

contato@seguinte.com.br

 /editoraseguinte
 @editoraseguinte
 Editora Seguinte
 editoraseguinte
 editoraseguinteoficial

Sumário

9 Apresentação

12	Madalena Caramuru	108	Maria Lenk
16	Dandara	112	Dorina Nowill
20	Bárbara de Alencar	116	Cacilda Becker
24	Hipólita Jacinta Teixeira de Melo	120	Dona Ivone Lara
28	Maria Quitéria	124	Zuzu Angel
32	Maria Felipa de Oliveira	128	Josefa Paulino da Silva
36	Nísia Floresta	132	Niède Guidon
40	Ana Néri	136	Zilda Arns
44	Anita Garibaldi	140	Margarida Maria Alves
48	Maria Firmina dos Reis	144	Leila Diniz
52	Princesa Isabel	148	Dinalva Oliveira Teixeira
56	Chiquinha Gonzaga	152	Maria da Penha
60	Georgina de Albuquerque	156	Marinalva Dantas
64	Nair de Teffé	160	Indianara Siqueira
68	Anita Malfatti	164	Sônia Guajajara
72	Bertha Lutz	168	Marta Vieira
76	Antonieta de Barros		
80	Carmen Portinho		
84	Laudelina de Campos Melo		
88	Nise da Silveira		
92	Pagu		
96	Ada Rogato		
100	Graziela Maciel Barroso		
104	Carolina Maria de Jesus		

Abrasiléiradas

178	<i>Linha do tempo</i>	203	<i>Agradecimentos</i>
184	<i>Glossário</i>	205	<i>Sobre as autoras</i>
190	<i>Referências</i>	206	<i>Sobre as ilustradoras</i>

Apresentação

Cada mulher tem sua parte heroína. Enfrentar os preconceitos que mesmo no século XXI são tão presentes em nossa sociedade, dando conta também de tantos papéis e exigências, é, sem dúvida, prova de força. Prova. Essa palavra que nasce conosco e nunca nos abandona. Parece que temos de provar tudo a todos a todo momento, embora a gente saiba muito bem que ninguém nunca deveria ter de provar nada para garantir direitos iguais e respeito.

Mas quem seria sua heroína? Não vale falar da Mulher-Maravilha, Jean Grey, Mulan, Katniss Everdeen, Beatrix Kiddo ou Trinity. Queremos saber quem é sua heroína de verdade, de carne e osso, aquela que você admira, cuja história conhece, com quem se identifica. Joana d'Arc? Frida Kahlo? Marie Curie? Cleópatra? É fácil citar estrangeiras, mas onde ficam as brasileiras nessa lista? Sua inspiração é uma de nós?

Na terceira onda do feminismo – ou quarta ou **pós-feminismo**, porque só o tempo dirá como ficarão conhecidos os dias atuais –, ainda parece difícil citar nossas guerreiras de ontem e de hoje, aquelas que, como nós, nasceram no Brasil ou decidiram viver aqui. E é por isso que escrevemos este livro.

Se várias gerações crescem sem saber quem são as mulheres que fizeram nossa história, que lugar no país e no mundo somos preparadas para ocupar? É urgente falar, conhecer, ilustrar e dar espaço para essas brasileiras que deixaram sua marca e se tornaram um divisor de águas em suas áreas.

Em nossa pesquisa, nos surpreendemos com a quantidade de narrativas que gostaríamos de contar. Para cada figura escolhida, outras tantas surgiam. Entre elas, contemplamos também as mulheres que não nasceram aqui, mas que marcaram a história do país.

Como critério, optamos por celebrar as diferentes áreas de atuação – da arte aos direitos humanos, das revoluções à medicina, da luta contra a escravidão do passado e de agora à ciência. Pioneiras, ousadas, guerreiras, rebeldes, curiosas, valentes – nenhuma delas se limitou ao papel que lhes foi atribuído socialmente. São todas mulheres à frente do seu tempo, que foram além.

As que aparecem aqui, no entanto, não são mais importantes que todas as outras, incluindo você (importância é um conceito muito amplo,

subjetivo e controverso). A lista é infinita, de modo que este trabalho não acaba aqui, mas as mulheres escolhidas são aquelas que consideramos que todo mundo deveria conhecer o quanto antes.

Talvez você já tenha cruzado com alguns desses nomes. Anita Garibaldi e Chiquinha Gonzaga foram retratadas em séries de tv. Zuzu Angel ganhou filme. Maria da Penha virou lei. Marta Vieira continua brilhando no futebol. Dona Ivone Lara ajudou a compor nossa identidade cultural através do samba. Mas muitas outras estão sendo apagadas da nossa memória com o tempo e a escassez de registros. É o caso de Maria Firmina dos Reis e Maria Felipa de Oliveira. Em alguns casos não discernimos com clareza o mito da verdade, como acontece com Madalena Caramuru, Dandara e Dina. Algumas nunca foram muito conhecidas, mas deveriam, como Margarida Maria Alves, Laudelina de Campos Melo e Ada Rogato. De outras, como Pagu, só conhecemos uma faceta, ignorando quão maravilhosas foram em sua totalidade. Já as contemporâneas nossas, como Niède Guidon e Marinalva Dantas, estão aí lutando enquanto seguimos nossa vida, talvez sem nos dar conta de sua relevância. E há aquelas, como Indianara Siqueira, que transformaram as questões de gênero, fazendo-nos lembrar de que somos todos humanos. Ao final de tantos esforços, o que se sobressai nas trajetórias aqui reunidas é a força dessas mulheres para comunicar e promover mudanças para toda a sociedade.

Esta compilação é tão plural quanto as regiões do país, como não poderia deixar de ser. Da militância social de Bárbara de Alencar no sertão pernambucano à criação da fundação Dorina Nowill em São Paulo, que serviu de modelo para o resto do mundo; de Leila Diniz exibindo a barriga de grávida nas areias de Ipanema a Sônia Guajajara liderando o movimento indígena na Amazônia; ou ainda Margarida Maria Alves, que deu a vida em defesa da população camponesa no Brejo Paraibano. As ricas influências geográficas e culturais do Brasil são pilares fundamentais para compreendermos tantas agitações.

Ao reunir estas histórias de vida, pudemos entender um pouco da nossa própria história, do que nos fez chegar até aqui, do que já conquistaram para nós lá atrás. E do que ainda temos de enfrentar, pois as conquistas, às vezes, são fios frágeis de uma costura complexa e trabalhosa que não se conclui de uma hora para outra. Colocando essas mulheres lado a lado, percebemos o quanto suas vidas se entrelaçam no tempo, no espírito ou nas convicções, e como séculos de história separaram as mesmas reivindicações. Entendemos como cada uma foi vítima e embaixadora de sua época. Para seguir carreira, muitas tiveram de

abdicar do casamento, para não serem proibidas de trabalhar pelos maridos. Outras foram julgadas por defender o prazer feminino ou acreditar que a maternidade não era uma regra. Muitas pagaram com a liberdade ou com a vida por levantar a voz. Em pleno século XXI, o Brasil ainda está entre um dos países mais violentos para as mulheres.

Há aqui feministas de diferentes épocas, cada qual com suas próprias lutas e reivindicações, ainda que não tenham sido militantes. Mulheres que lutaram pelo direito ao voto e participação política. Mulheres que quebraram tabus em relação à sexualidade e brigaram pelos direitos reprodutivos e pela conquista do mercado de trabalho. E mulheres que lutam ainda hoje pela pluralidade feminina, em uma redefinição do gênero que respeita as diferenças entre classes, cores, etnias, localidades e escolhas sexuais. Ou seja, reunimos aqui brasileiras que, das mais variadas formas, se posicionaram contra a discriminação da mulher.

Precisamos falar sobre elas, porque lhes devemos muito. Este livro foi criado para ser lido por mulheres e homens, jovens, adultos e idosos, e contado para as crianças. Porque transmitindo essas histórias podemos fazer deste um mundo mais igualitário, justo e melhor. Para todas e todos. E este trabalho não acaba aqui.

NOTA DA EDIÇÃO

Ao longo do texto, você vai encontrar termos **grifados**. Todos eles contam com uma explicação no nosso glossário (p. 184). Boa leitura!

Madalena Caramuru

A participação feminina no Brasil Colônia (1500–1822) se restringiu, em parte, à procriação, aos trabalhos domésticos, ao canto e às orações. Nesse contexto, a alfabetização das mulheres seria fundamental para ampliar a atuação feminina na sociedade e mudar a história do país, como mostrou a pioneira Madalena Caramuru.

Madalena era uma das filhas do náufrago português Diogo Álvares Correia, mais conhecido como Caramuru, e da índia **tupinambá** Paraguaçu, que adotou o nome cristão de Catarina do Brasil. A família morava no povoado de Salvador, na Bahia. Em 1534, ela se casou com Afonso Rodrigues, nascido em Óbidos, Portugal, que foi quem a alfabetizou. De acordo com Varnhagen, um dos poucos historiadores que documentou a vida da moça – e que portanto nos garante que ela de fato existiu! –, o casamento dos dois foi registrado na igreja de Nossa Senhora da Vitória, uma das primeiras de Salvador.

Depois de instruída, Madalena se manifestou em defesa do povo diante dos portugueses. Em 26 de março de 1561, ela escreveu uma carta para o padre Manuel da Nóbrega, chefe da primeira missão jesuítica enviada ao Brasil, em 1549. No documento, ela exigia o fim dos maus-tratos às crianças indígenas e o início da educação feminina, oferecendo uma ajuda financeira para que isso acontecesse. O padre, ao contrário da maioria dos homens brancos, tentou integrar o povo colonizado. Ele acatou suas ideias, recorrendo à rainha de Portugal, d. Catarina, para conseguir a autorização necessária para colocá-las em prática. Ele também alegou que a presença feminina nos cursos de catecismo era muito maior, de modo que elas poderiam aprender a ler e escrever.

A Corte portuguesa, no entanto, julgou a iniciativa perigosa, vetando o pedido. Com essa correspondência, que se perdeu com o tempo, Madalena não se tornou apenas a primeira mulher a interpretar e usar o código linguístico na história do país, como também a primeira a usá-lo para lutar pela ampliação da educação. Em 2001, os Correios emitiram um selo para homenagear o ativismo de Madalena Caramuru, cuja arte foi criada por Ricardo Cristofaro.

Foi apenas em meados do século XVIII que as meninas passaram a frequentar as escolas brasileiras, mas com muitas restrições. Mais tarde,

A primeira brasileira alfabetizada

★ Primeira metade do século XVI, Bahia

† [Local e data desconhecidos]

• Ilustração de Joana Lira

“[...] o indígena que via na mulher uma companheira não via razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres aprenderem a ler e a escrever, como os brancos os preveniam. Condenar ao analfabetismo e à ignorância o sexo feminino lhes parecia uma ideia absurda.”

Arilda Inês Miranda Ribeiro, em *A educação das mulheres na Colônia*.



EDUCAÇÃO INDÍGENA: DA CATEQUIZAÇÃO AO RESPEITO ÉTNICO

- De 1549 a 1757, a educação dos índios era de responsabilidade dos missionários católicos, principalmente jesuítas.
- Após a expulsão dos jesuítas das terras sob domínio português, em 1759, o Marquês de Pombal elaborou uma reforma no ensino. Ele instituiu o Diretório dos Índios, que proibiu o uso de outra língua que não o português e criou escolas separadas para meninos e meninas. Além da doutrina cristã, elas deveriam aprender a ler, escrever, fiar, fazer renda e costurar.
- O diretório foi revogado em 1798, muito por conta dos abusos contra a população indígena. Apesar disso, várias províncias continuaram a adotá-lo até 1845.
- Em 1845, foi instituído o Regulamento das Missões, que trouxe novamente os missionários ao Brasil e os incumbiu da educação indígena, que incluía o catecismo, mas não com a autonomia de antes.
- Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1910 (posteriormente chamado só de Serviço de Proteção aos Índios – SPI), e a política de integração nacional, a educação passou a ser vista como forma de “civilizar” os indígenas e prepará-los para serem “trabalhadores”. Assim, eram ensinados, além de português, matemática básica para o comércio, noções de agricultura, pecuária e indústria. Não havia preocupação em manter as diferenças entre as várias etnias.
- Acusado de extermínio cultural das populações indígenas, o Brasil substituiu o SPI pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967. A entidade manteve a educação voltada para a inserção do índio na sociedade, mas reconheceu a importância da educação bilíngue. Entretanto, o uso das línguas nativas era visto apenas como uma forma de transição para o aprendizado do português e da “identidade nacional”.
- Em 1991, o MEC passou a cuidar do ensino indígena e inseriu a sociedade civil, incluindo representantes desses povos, nas decisões sobre as diretrizes escolares. Desde então, as políticas educacionais procuraram respeitar a interculturalidade, a educação bilíngue, diferenciada e específica, de acordo com os costumes e tradições de cada etnia, como prevê a Constituição de 1988, um marco na educação indígena.
- Em 2016, havia 3115 escolas indígenas no país e 233 mil alunos matriculados, segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016.

“O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), instituído em 1998, orienta as práticas pedagógicas. A alfabetização das crianças falantes da língua materna nativa é feita por professores indígenas bilíngues que têm o grande desafio de educar as crianças também em português até o terceiro ano, e com isso garantir a valorização das tradições culturais da etnia.”

Rosely Fialho de Carvalho, mestre em Educação Escolar Indígena.

com a Lei Geral de 1827, foi autorizada a abertura de escolas públicas femininas, garantindo apenas os estudos primários.

Ao longo do século xx, houve uma reversão do hiato de gênero. As mulheres foram as principais beneficiadas pela universalização do ensino, ultrapassando, em muitos cursos, o número de homens em sala de aula e tirando notas melhores que eles.

A história da alfabetização no Brasil é contada por mulheres como Madalena Caramuru, que colocaram em prática o verdadeiro poder de ter pena, lápis ou caneta em mãos. Garantir esse direito a todos continua sendo a maneira mais efetiva de conquistar um futuro melhor.

EDUCAR PARA LUTAR

O investimento na educação foi fundamental para a luta pela emancipação das mulheres. Nísia Floresta (p. 36) foi a primeira por aqui a dar voz ao feminismo com seu livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832. Em 1897, outro passo importante foi dado: a mineira Prisciliana Duarte de Almeida (1867–1944) fundou a icônica *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada à Mulher Brasileira*. A publicação contou com diversas colaboradoras, que finalmente ganharam espaço para desenvolver suas produções literárias. Elas abordaram o preconceito, o renascimento das letras, a poesia, a educação e tantos outros temas progressistas sob a ótica feminina. A publicação circulou até 1900, e hoje é parte do acervo da Biblioteca Nacional. Prisciliana fez contribuições valiosas para a literatura, principalmente no segmento infantil, e foi uma das fundadoras da Academia Paulista de Letras.

Dandara

Uma guerreira negra que aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas; uma capoeirista forte e corajosa que planejava ações de combate e liderava seus companheiros na luta pela liberdade — assim sobrevive em relatos e lendas populares a história de Dandara, rainha do Quilombo dos Palmares e companheira de Zumbi. Não se sabe ao certo onde ela nasceu e como chegou ao maior e mais duradouro quilombo implantado nas Américas. Independente da falta de registros oficiais de sua existência, uma coisa é certa: quando se fala em Dandara, se coloca em questão o silêncio e o apagamento imposto às mulheres negras no Brasil.

Dandara viveu na região da serra da Barriga, atualmente pertencente ao município de União dos Palmares (AL). Ali assumiu a missão de proteger o Quilombo dos Palmares, fundado por volta do final do século XVI por escravos que haviam fugido dos engenhos de açúcar nas redondezas. Segundo as narrativas, ela não se contentava apenas com a resistência ao regime colonial português e aos ataques holandeses, propondo estratégias para ampliar o poder de Palmares e extinguir o trabalho escravo nas fazendas.

A líder de Palmares

✳ [Local e data desconhecidos]

† 6/2/1694, União dos Palmares (AL)

• Ilustração de Lole

CONHECENDO AS TERRAS DE ZUMBI E DANDARA

O Quilombo dos Palmares foi, entre 1597 e 1695, o maior centro de resistência negra à escravidão no Brasil. Em seu auge, teve entre 30 mil e 50 mil habitantes, espalhados nas dezenas de aldeias que o formavam. O local onde ficava, no alto da serra da Barriga, foi tombado nos anos 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A partir de 2007, passou a abrigar o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, que reconstitui aspectos importantes do cotidiano dos quilombolas. As construções são feitas de pau a pique e cobertas de palha, incluindo o Onjô de Farinha, onde se produzia e torrava a farinha de mandioca usando práticas indígenas, e o Oxile das Ervas, onde se utilizavam plantas e raízes com propriedades medicinais para rituais e oferendas. Outro espaço importante é o Onjô Cruzambê, dedicado à prática de religiões de matriz africana. Em 2017, a serra da Barriga recebeu o título de Patrimônio Cultural do Mercosul, em votação unânime realizada em Buenos Aires.



Quando em 1678 o primeiro grande líder da comunidade, Ganga Zumba, tio de Zumbi, assinou um acordo de paz com o governo da então província de Pernambuco, Dandara se posicionou fortemente contra. O documento garantia a liberdade dos palmarinos e permitia que realizassem comércio, mas os obrigava a entregar qualquer escravo que aparecesse ali em busca de abrigo. Diversas fontes dizem que a influência da companheira foi fundamental para o rompimento de Zumbi com o tio e sua ascensão à liderança do quilombo. Ganga Zumba teria pagado com a vida por esse tratado de “paz”, tendo sido assassinado por quilombolas contrários ao acordo com os portugueses.

A **tradição oral**, reforçada por alguns historiadores, conta que Dandara teria morrido no dia em que as forças militares derrotaram a última aldeia de Palmares, 6 de fevereiro de 1694. Seus três filhos com Zumbi – Harmódio, Aristogíton e Motumbo – teriam sido mortos em combate, e ela teria se jogado de um penhasco para não ser capturada. Zumbi conseguiu fugir com um grupo pequeno para tentar reconstruir Palmares.

PELA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A MULHER NEGRA

Desde 2011, o Brasil celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra em 20 de novembro. É uma referência à data em que o líder dos Palmares foi morto, em 1695, quando tentava reunir forças para retomar o movimento derrotado. Para resgatar a história da participação feminina na luta contra a escravidão, a Assembleia do Rio de Janeiro aprovou em 2016 a inclusão no calendário estadual oficial do Dia de Dandara e da Consciência da Mulher Negra, comemorado em 6 de fevereiro.

A trajetória de Dandara em Palmares é retratada em detalhes no livro *As lendas de Dandara*, da escritora cearense Jarid Arraes. Mesclando pesquisa historiográfica, ficção e memória popular, ela narra como a guerreira conseguiu desempenhar papéis geralmente destinados aos homens, arriscando-se em missões de resgate de escravos em fazendas e em um porto de navios negreiros. Para Jarid, o racismo e o machismo da sociedade fazem com que heroínas como Dandara sejam quase completamente apagadas da história brasileira. Como conta na introdução do livro, ela só conheceu sua história quando começou a militar como feminista negra. Em uma entrevista ao *Diário de Pernambuco*, publicada em 2015, Jarid criticou a escassez de narrativas desse tipo na mídia e nas escolas, e explicou sua decisão de publicar o livro:

Decidi escrever sobre Dandara quando publiquei um texto falando dela [...], em novembro de 2014, e recebi comentários que afirmavam que ela não era nada além de uma lenda. Pensei: se ela é uma lenda, então preciso escrever essas lendas, pois nem isso temos a seu respeito.

Assim, as várias facetas de Dandara continuam vivas. Sua força reverbera entre as novas gerações, ligada à história da diáspora africana e das mulheres negras no Brasil.

Saiba mais

A história de Dandara, Zumbi e Ganga Zumba é contada no filme *Quilombo* (1984), do diretor Cacá Diegues. Os personagens históricos são representados pelos atores Zezé Motta, Antônio Pompêo e Tony Tornado, respectivamente. A produção foi indicada à Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1984. Na literatura, o professor Newton Rocha recria a queda de Palmares no conto romanceado *Dandara, a rainha guerreira de Palmares* (2015).

Bárbara de Alencar

A história da **matriarca** da família Alencar, que liderou importantes movimentos políticos e sociais, é pouco conhecida mesmo no seu estado natal, Pernambuco. Aos 57 anos, já viúva, ela se tornou uma das primeiras prisioneiras políticas da história do Brasil, ao lutar contra o domínio da Coroa portuguesa. Mas essa não foi sua única batalha. Após a Independência do país, continuou contestando o autoritarismo, opondo-se às políticas centralizadoras da primeira Constituição do Império.

Em uma época em que a inteligência da mulher era comparada à loucura e qualquer participação feminina na política era um escândalo, como ressaltou o sociólogo José Alfredo Montenegro, Bárbara deixou seu nome na história e gravado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Influenciados pelas ações, pelas opiniões e pelo espírito contestador da mãe, seus filhos também se tornaram importantes figuras na luta por ideais de liberdade e igualdade.

Uma líder política

✱ 11/2/1760, Exu (PE)

† 28/8/1832, Fronteiras (PI)

• Ilustração de Veridiana Scarpelli

O LIVRO DOS HERÓIS E HEROÍNAS DA PÁTRIA

Você já ouviu falar no Livro de Aço? Ele é literalmente composto de páginas de aço e está guardado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na praça dos Três Poderes em Brasília. Além de documentar as figuras que protagonizaram momentos importantes da história do Brasil e ajudaram a construir e fortalecer a identidade nacional, também homenageia os Soldados da Borracha, cujos nomes não são identificados. Eles foram os seringueiros recrutados para trabalhar na coleta de látex durante a Segunda Guerra Mundial para enviar aos Estados Unidos, ajudando nos esforços de combate ao nazismo. Para que um nome seja incluído no Livro, o Senado e a Câmara dos Deputados precisam aprovar uma lei. Menos de 10% dos nomes que figuram nele são de mulheres. Entre as heroínas homenageadas estão a enfermeira Ana Néri (p. 40), a estilista Zuzu Angel (p. 124) e as revolucionárias Anita Garibaldi (p. 44) e Bárbara de Alencar.

Marta, Alexandre, João e Leonel, os irmãos portugueses que deram origem à família Alencar no Brasil, estabeleceram-se na chapada do Araripe, uma muralha com sítios geológicos e paleontológicos que divide



os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Ao longo do rio da Brígida, que nasce na chapada, Leonel fundou fazendas que deram origem ao município de Exu, em Pernambuco. Foi lá que, anos mais tarde, em 11 de fevereiro de 1760, nasceu Bárbara. Quando adulta, ela passou a atuar como líder comunitária e política de uma maneira tão impactante que seu legado resistiu à falta de registros em documentos oficiais: foi a partir da **tradição oral** que muitos historiadores resgataram sua trajetória.

Bárbara era casada com o capitão e comerciante português José Gonçalves dos Santos, com quem teve cinco filhos. Dar uma educação de qualidade a eles sempre foi uma das suas maiores prioridades. Por isso, escolheu o Seminário Maior Nossa Senhora da Graça, em Olinda, que oferecia uma educação progressista. Era um espaço de muita discussão política e de conscientização sobre a realidade do país, que foi fundamental para a história da família.

Em 1817, eclodiu a Revolução Pernambucana, um movimento que desejava que o Brasil fosse emancipado e deixasse de ser colônia. Alguns dias depois, em 8 de março, foi proclamada a República em Recife, que pretendia implantar uma nova Constituição no país.

Filho de Bárbara, José Martiniano era líder da revolução e o maior político do Ceará dessa época. Ele foi para o Cariri reunir seus familiares e, do púlpito da igreja da Sé, no Crato, comandou uma passeata, ao lado da mãe, em direção à Câmara Municipal. Ao chegar ao local, retirou a bandeira da Coroa portuguesa e fincou uma branca, da República, em seu lugar.

A repressão foi dura: no mesmo ano, a matriarca e seus familiares foram presos e acusados de traição ao governo. Ela foi torturada e encarcerada em condições deploráveis e insalubres em uma das celas da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no Ceará. Detida durante quatro anos, Bárbara foi transferida para prisões em Recife e Salvador. Quando o movimento de independência já se mostrava incontornável, Portugal absolveu os envolvidos com uma anistia geral. Bárbara foi solta em 17 de novembro de 1821.

Foi uma época tenebrosa, mas não demorou muito até que ela se envolvesse com política novamente. Mesmo com a Independência conquistada em 1822, a primeira Constituição, de 1824, marcou não só a continuação da extrema centralização do poder no Rio de Janeiro, como também a influência que Portugal ainda exercia sobre o Brasil.

Nesse mesmo ano, uma nova luta pelas políticas sociais e pela distribuição de poder assolou o Nordeste, com a Confederação do Equador. Tristão, outro filho de Bárbara, comandou a insurreição, vitoriosa por

pouco tempo, chegando a exercer o cargo de presidente da província do Ceará. Bárbara e José Martiniano também participaram ativamente da revolta, que não teve um final feliz para a família: Tristão e o irmão Carlos José acabaram morrendo.

Após fugir de inúmeras perseguições políticas, Bárbara morreu em 28 de agosto de 1832, na fazenda Alecrim, no Piauí. Ela foi sepultada na igreja de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Itaguá, próximo da sede do município de Campos Sales, no Ceará. Em reconhecimento à sua luta, o centro administrativo do Ceará recebeu seu nome. Na década de 1990, foi erguida uma estátua da heroína na praça da Medianeira, em Fortaleza. Em 2011, foi fundado na capital cearense um instituto que leva seu nome e se dedica à defesa dos direitos das minorias e das políticas públicas.